

CAPÍTULO 6

O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN) E O SUBDESENVOLVIMENTISMO AMAZÔNICO SOB UMA PERSPECTIVA NEOINSTITUCIONALISTA.



<https://doi.org/10.22533/at.ed.159112517036>

Data de aceite: 30/04/2025

Matheus de Oliveira e Silva

Graduando em Economia pela
Universidade Federal do Pará (UFPA).

Palavras-chave: Amazônia. Subdesenvolvimento. Intervencionismo Estatal.

RESUMO: A Amazônia continuamente é alvo de estudos e pesquisas que corroboram para o arcabouço de conhecimento sobre a sua formação, os quais abordam a historiografia socioeconômica da região. Ao debruçar-se sobre o Programa de Integração Nacional (PIN) e os seus desdobramentos, o presente artigo objetiva traçar caminhos que fundamentam as causas e razões sobre as quais o subdesenvolvimento amazônico é explicado e, para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e como procedimento de coleta de dados a pesquisa documental e bibliográfica. O aporte teórico adotado para tal é o neoinstitucionalismo, mais precisamente as ideias dos economistas Acemoglu e Robinson. Concluiu-se que o subdesenvolvimentismo econômico amazônico tem como força motriz as instituições extractivistas exercidas por organizações elitistas que fomentam um círculo vicioso de pobreza e desigualdade na região.

THE NATIONAL INTEGRATION
PROGRAM (PIN) AND AMAZONIAN
UNDERDEVELOPMENTALISM
FROM A NEO-INSTITUTIONALIST
PERSPECTIVE.

ABSTRACT: The Amazon is continually the target of studies and research that contribute to the body of knowledge about its formation, which deal with the socio-economic historiography of the region. By focusing on the National Integration Program (NIP) and its developments, this article aims to trace paths that underpin the causes and reasons for the Amazon's underdevelopment. To this end, a qualitative, exploratory study was carried out, using documentary and bibliographic research as the data collection procedure. The theoretical framework adopted is neoinstitutionalism, more precisely the ideas of economists Acemoglu and Robinson. It was concluded that the Amazon's economic underdevelopment is driven by extractive institutions run by elitist organizations that foster a vicious circle of poverty and inequality in the region.

KEYWORDS: Amazon. Underdevelopment. State interventionism.

INTRODUÇÃO

“A Amazônia (Legal), região habitada por 25 milhões de brasileiros, 60% de todo o território nacional, convive com uma enorme contradição: constitui-se, ao mesmo tempo, como centro das atenções do mundo e simultaneamente como periferia dos interesses do Brasil. Região riquíssima em recursos naturais – uma das mais cobiçadas do planeta –, ainda carece de soluções concretas de desenvolvimento humano à altura de sua importância social e estratégica.” (MELLO, 2015, p. 91) A compreensão formacional do complexo da Amazônia é o passo inicial para discutir as suas mazelas e o tão almejado desenvolvimento. A construção, ocupação e o crescimento desse território é rica em histórias, as quais muitas vezes desconhecidas pelos seus próprios habitantes e outros. (SOUZA, 2009, p. 27-32)

Logo, uma síntese sobre essa formação faz-se necessária, segundo Araújo (2003, apud DINIZ, 2008, p. 116),

“A Amazônia é marcadamente fruto de um processo de colonização e exploração de atividades econômicas ligadas ao seu potencial natural, isto é, resultado de seus recursos naturais abundantes. Num primeiro momento centralizou-se em uma atividade extrativa, a borracha, com baixa produtividade da mão-de-obra, poucos recursos técnicos, dentro de um sistema de produção – o aviamento – que impedia qualquer dinamismo interno da economia no sentido de gerar efeitos positivos tanto do ponto de vista econômico como social para a região. (ARAÚJO, 2003)

Ainda, Martinello (1988, apud DINIZ, 2008, p. 116), destaca que, “Num segundo momento, ainda como objetivo de ocupação e exploração dos seus recursos naturais, mais especificamente, os recursos minerais, houve uma forte intervenção do estado na promoção de políticas públicas.” Assim sendo, a ocupação do território amazônico advém desse processo extrativista e da presença intervencionista do Estado, por meio de políticas públicas. No entanto, a construção e ocupação da Amazônia sempre foi visando a lucratividade que a região oferecia/oferece. Logo, poucas foram as inversões na região que fomentaram o desenvolvimento e o bem-estar social para os amazônidas. Ainda, soma-se a esses fatos, a localização geográfica da região. Pois, a sua integração nacional configurou-se por muito tempo como problemática, tendo em vista a escassez de vias terrestres e fluviais que conectassem-a ao Brasil.

Portanto, os projetos e programas públicos e privados que incentivaram a integração, a colonização e o desenvolvimento da Amazônia foram fundamentais para construir o que a região é hoje. No entanto, a Amazônia apresenta em sua matriz institucional características que fomentam o seu subdesenvolvimento, impedindo-a de se desenvolver. Segundo Silva e Ravenna (2015, p. 17), “O subdesenvolvimento consiste, antes de tudo, num ambiente social em que a cooperação humana inibe a inovação, e apoia-se em vínculos hierárquicos localizados e bloqueia a ampliação do círculo de relações sociais em que se movem as pessoas.”

Antes de traçar paralelos consonantes as possíveis explicações sobre o subdesenvolvimento amazônico, deve-se compreender as suas causas primárias. Portanto, será que a resposta para essa conjuntura retrógrada repousa sobre uma causa de natureza econômica ou, ainda, de natureza cultural? Dessa forma, sustentando-se em argumentos institucionalistas, uma plausível explicação para o subdesenvolvimento da Amazônia esbarrasse nas instituições extrativistas que, segundo Prol (2013, p. 371), em um estudo sobre Why Nations Fail (2012) dos economistas Daron Acemoglu e James Robinson, ressalta serem políticas econômicas e sociais que extraem recursos naturais predatoriamente, sem o intuito de retornos inclusivos e desenvolvimento sustentável, visando somente a perpetuação do poder de elites dominantes em detrimento do bem-estar social da população.

Logo, o presente artigo tem por objetivo revisitar a conjuntura da Operação Amazônia e compreender a importância do PIN como condicionante do subdesenvolvimento da região e, ainda, analisar os resultados deste a partir de uma perspectiva neoinstitucionalista. Isto posto, este artigo está organizado em sete partes, além desta introdução. Na primeira seção, destaca-se a metodologia adotada no artigo. Em seguida, trata-se os aspectos conceituais sobre a teoria econômica adotada. Posteriormente, é apresentado um breve resumo sobre a conjuntura da Operação Amazônia. Na quarta seção, é abordado e discutido o cerne do presente artigo, ou seja, o Programa de Integração Nacional. Após a quinta seção, onde são apresentados os resultados e discussões, apresenta-se a conclusão. E, por fim, evidencia-se as referências bibliográficas tidas como essenciais para a elaboração deste estudo científico.

METODOLOGIA

O presente artigo compunha-se de um método dedutivo e de uma pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106). Assim, segundo Marconi e Lakatos, a pesquisa bibliográfica não configura-se como uma mera repetição do que já foi desenvolvido sobre certa temática, mas a possibilidade de construir uma nova abordagem, fomentando conclusões inovadoras (2003, p. 183). Dessa forma, o artigo parte de teorias consolidadas, como o Institucionalismo e o Neoinstitucionalismo, a fim de analisar o papel das instituições no cenário predatório amazônico.

Sendo assim, a realização para tal obra deu-se através de uma pesquisa minuciosa de artigos, periódicos, revistas científicas, estudos dirigidos, resenhas e, ainda, sites de órgãos públicos. Ainda, ressalta-se que a apuração das fontes bibliográficas seguiu parâmetros rigorosos, como relevância, atualidade e credibilidade dos autores, garantindo a confiabilidade da pesquisa. Ademais, a coleção de dados informacionais para a confecção deste artigo abrangeu um período entre 1970 a 2024, tendo em vista a bibliografia analisada sobre a problemática em questão. Portanto, a revisão crítica das obras permitiu a construção de uma base teórica sólida para a argumentação e a formulação de novas perspectivas sobre o tema.

REVISÃO TEÓRICA

A abordagem teórica adotada no presente artigo é a Institucionalista ou, ainda, a Nova Economia Institucional. O corpo teórico da presente escola de pensamento fundamenta-se em trabalhos seminais de Douglass North, Oliver Williamson, Ronald Coase, Harold Demsetz, Armen Alchian, entre outros. Ao estudar o processo histórico de desenvolvimento econômico de várias civilizações, como Egito, Roma, Europa Ocidental, etc, North comprehende a importância das instituições como propulsoras do crescimento econômico de longo prazo e, consequentemente, do desenvolvimento econômico. Assim, segundo essa teoria, a dinâmica institucional ditará o desempenho econômico das sociedades (GALA, 2003).

Segundo North e Thomas (1973, apud GALA, 2003), a dissolução do problema econômico não reside diretamente sobre o avanço tecnológico ou, ainda, sobre o acúmulo de capital, mas sim sobre regras ou arranjos institucionais que fomentem ou inibem atividades nesse sentido, ou seja, o crescimento econômico depende de uma formação de matriz institucional específica que propicie tanto a acumulação de capital físico quanto capital humano. Assim, a principal diferença entre nações ricas e pobres que apresentam diferentes níveis de crescimento situa-se sobre as matrizes institucionais que as compõem, pois as sociedades pobres não apresentam regras, leis e costumes que estimulem atividades economicamente produtivas.

Dessa forma, Douglass North empenha-se em compreender como a evolução das instituições fomenta o progresso econômico. Evidencia-se que para o autor, o desenvolvimento econômico é o fruto de um desenvolvimento institucional, por isso justifica-se o debruçamento de North sobre o estudo da dinâmica institucional das sociedades e sua conclusão de ser impossível pensar em evolução e desenvolvimento da sociedade sem uma teoria das instituições. Ademais, ainda que North busque explicitar suas conclusões em um nível teórico, a fundamentação do modelo proposto por ele está enraizado sobre análises históricas, como a evolução da economia norte-americana no século XIX, a dissolução do feudalismo, a Revolução Gloriosa e seu impacto na Inglaterra, etc. (GALA, 2003)

Assim, o modelo teórico proposto por North tem como um dos conceitos fundamentais a incerteza, os custos de transação, as instituições, as organizações e a matriz institucional. Abordar-se-a, resumidamente, cada um dos conceitos supracitados objetivando uma melhor compreensão do leitor. Assim, em primeiro lugar, trataremos sobre a incerteza, pois a mesma gera dificuldades de transações econômicas entre pessoas, sendo ela caracterizada como imperfeição de informação na tomada de decisão e interação dos agentes. Portanto, para North, tanto ontológica quanto epistemológica, a incerteza configura-se como ferramental de sua teoria, pois impede os agentes econômicos de conhecer a gama de possibilidades de escolha de forma *ex ante*, o que por sua vez, torna os agentes incapazes de atingir soluções ótimas por meio de duas decisões. (GALA, 2003)

Por conseguinte, North (1990, p. 29) destaca que os custos de transação dividem-se em dois, custos de measurement e custos de enforcement. Por sua vez, o primeiro relaciona-se à dificuldade de compreender por inteiro o objeto da transação corrente, o que pode impossibilitar a troca entre os agentes tendo em vista a incerteza quanto à qualidade do objeto, anulando assim o comércio entre ambos. Por fim, o segundo custo configura-se como a incerteza sobre a propriedade do bem a ser trocado, ou seja, relaciona-se a legitimidade da transação ser concluída. Dessa forma, segundo Gala (2003, p. 287), o objetivo de North a partir dos custos de transação é explicitar a dificuldade que os agentes enfrentam frente à incerteza, daí a introdução do conceito de instituições por parte do autor.

Assim, quanto às instituições, segundo Douglass North (1990, apud SILVA e RAVENA, 2015, p.),

[...] as instituições são o principal fator para explicar as diferenças econômicas e de qualidade de vida entre regiões e países, e o institucionalismo contemporâneo – desde o trabalho pioneiro de Ronald Coase (1937) – parte da premissa de que comprar, vender, estabelecer contratos e exigir seu cumprimento, em suma, as transações das quais depende a vida material da sociedade, são fundamentais na determinação dos custos de uma economia, e a diminuição destes custos supõe que as condutas humanas sejam estabilizadas e, minimamente, previsíveis.

Dessa forma, as instituições dividem-se entre formais e informais, a primeira concentra-se como leis, regras, etc, constituídas por governos (NORTH, p. 46, 1990), e, a segunda relaciona-se a normas ou costumes constituídos pela própria sociedade (NORTH, p. 36, 1990)

Ademais, outro conceito de fundamental importância que North propõe é as organizações. Para North (1990, p. 5), as organizações compreendem-se como os principais agentes de uma sociedade, por exemplo, órgãos políticos, órgãos econômicos e órgãos educacionais. A fim de elucidar o que seria as organizações, North exemplifica através de uma alegoria esportiva, pois se as instituições são as regras do jogo, as organizações são os times que disputam o campeonato. Assim sendo, há uma mútua interação entre as organizações e as instituições de uma sociedade, a partir da interação formaliza a performance econômica de uma sociedade e, ainda, sua evolução institucional (GALA, p. 288, 2003).

Por fim, segundo Gala (2003, p. 289), a matriz institucional configura-se como um arcabouço que comporta as instituições formais e informais de uma sociedade em um determinado tempo, esta é responsável por ditar os estímulos para os agentes sociais que desempenham atividades econômicas. Ademais, North preconiza a noção de equilíbrio institucional, ou seja, para North, esse estágio de equilíbrio é atingido quando os agentes (organizações) não alteraram as regras formais e informais (instituições) vigentes de uma sociedade. Ainda, outro conceito que tangencia a matriz institucional é a dependência de trajetória, segundo Costa (2019, p. 70), essa permite observar a influência do passado

sobre o presente e, ainda, sobre o futuro, podendo assim compreender as diferenças de desenvolvimento apresentadas por diferentes países, reforçadas por suas trajetórias históricas.

Sumariamente, o modelo teórico proposto por North permeia a incerteza dos agentes perante o ambiente econômico e social; a incerteza, por sua vez, produz os custos de transação (measurement e enforcement). Consequentemente, as instituições surgem objetivando a redução dos custos de transação, o conjunto das instituições formais e informais compõem a matriz institucional da sociedade num determinado tempo, assim sendo, a dinâmica dessa matriz configura-se como dependência de trajetória.

Somado a isso, os economistas Daron Acemoglu e James Robinson em seu célebre livro “Por que as Nações Fracassam: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza.”(2012), contribuem com a teoria institucionalista de North ao formular novas classificações quanto às instituições. Para os autores, a prosperidade dos países desenvolvidos deveu-se à diminuição da concentração do poder dado a distribuição ampla dos direitos políticos. Assim, diferentemente do estágio de desenvolvimento de um país, as instituições econômicas e políticas são frutos de escolhas da sociedade. Então, Acemoglu e Robinson classificam essas instituições como inclusivas e extrativas, as inclusivas estimulam o crescimento econômico e as extrativistas, impedem e até bloqueiam o crescimento econômico. Portanto, a chave do desenvolvimento ou, ainda, sua inexistência fundamenta-se nas instituições. (AVEIRO, 2014, p. 2)

Segundo Aveiro (2014, p. 2-3), nos países avançados há instituições fortes, consolidadas, que fomentam o crescimento econômico e promovem a participação social, legitimando a opinião dos cidadãos. No entanto, as instituições extrativistas criam barreiras ao crescimento econômico. Assim, a elite que detém poder de criar e controlar essas instituições, barram a implementação das instituições econômicas promotoras da riqueza social. Dessa forma, a única maneira de mudar o sistema é através de pressões públicas forçando as elites a engendrarem instituições pluralistas. Por fim, as instituições políticas inclusivas tendem a acarretar em instituições econômicas inclusivas, gerando assim o círculo virtuoso, que, segundo Acemoglu e Robinson, leva ao desenvolvimento, caso contrário, as instituições políticas extrativas sustentam instituições econômicas extrativas, gerando um círculo vicioso, que mantém as nações na pobreza.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

O processo de desenvolvimento da Amazônia é marcado por um período cunhado na história brasileira como nacional-desenvolvimentista, relaciona-se ao processo de desenvolvimento implementado pelos governos militares na época do “Milagre Econômico”. Assim, diversas medidas e projetos foram criados nesse ínterim a fim de fomentar o desenvolvimento nacional. Ademais, ‘com o slogan “integrar para não entregar”, e

objetivando promover a ocupação dos espaços vazios da Amazônia, o Estado promoveu um conjunto de políticas públicas buscando realizar uma integração geográfica e econômica.’ (CAVALCANTI, 2015, p. 57)

Entre 1946 e 1967, durante o governo militar de Castelo Branco, tendo como cenário o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), as políticas governamentais para a Amazônia foram reformuladas a partir da ideia de planos regionais. Segundo Viana Filho (1975), os planos regionais comportavam as seguintes características: expandir, diversificar e modernizar as economias de cada região. Dessa forma, em 1966 foi estabelecida a nova política regional para a Amazônia, nomeada como Operação Amazônia. Assim, essa operação visava não somente a questão econômica, mas também a visão estratégica política, pois dado os objetivos militares, ocupar a Amazônia povoaria um “vazio demográfico” que poderia ser ocupado por forças estrangeiras. (FERREIRA & BASTOS, 2016, p. 19; SOUZA, 2009, p. 38)

Sendo assim, a Operação Amazônica cunhou-se como uma reforma institucional que objetivava efetivamente a promoção da ocupação do território amazônico, a integração da região à economia nacional, o crescimento econômico regional e, por fim, estabelecer a soberania nacional. Ademais, essa operação fundamentou-se como a principal diretriz responsável por mudar a ótica sobre a região, tendo em vista a criação de Leis e Decretos-Leis que substancialmente propuseram a integração nacional. (COSTA, 2002, p. 290)

Assim, dentre as leis e decretos-leis que modificaram a estrutura político-desenvolvimentista da Amazônia, estão: (I) a Lei nº 5.173 de 1966, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e teve o Plano de Valorização Econômica da Amazônia como fundamento; (II) a Lei nº 5.172 de 1966 estabeleceu o Banco da Amazônia (BASA); (III) a Lei nº 5.174/1966, visou a concessão de incentivos fiscais, isenções e deduções tributárias, etc, em favor da região amazonense; (IV) o Decreto-Lei nº 288/1967 e (V) o Decreto-Lei nº 340/1967, ambos os decretos foram responsáveis pela reorganização da Zona Franca de Manaus; e, por último, (VI) Decreto-Lei nº 291/1967 que impôs limites a área da Amazônia Ocidental e estabeleceu incentivos a Faixa de Fronteiras. (COSTA, 2002, p. 290-291)

Portanto, a Operação Amazônia foi crucial para a lógica desenvolvimentista do governo federal, conforme Santos:

Diante do exposto é possível identificar a relevância da Operação Amazônia para o entendimento do processo de intervenção federal na região, ou seja, é o princípio para compreendermos a lógica desenvolvimentista militar em relação à Amazônia, já que a partir desse momento são levados a termo e a cabo uma série de projetos, estratégias, planos e decretos de leis executados na região com vistas à sua inserção no projeto nacional de desenvolvimento assim como sua integração. (SANTOS, 2022, p. 6)

Dessa forma, a partir dos anos 1970, dentre as ações institucionais que compreendem o bojo de integração nacional da Operação Amazônia, estão: 1) Programa de Integração Nacional (PIN), 2) Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) e 3) I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Assim, o PIN, objeto de estudo do presente artigo, será tratado de forma mais abrangente na próxima seção, quanto aos demais, tratar-se-á aqui sucintamente, para que não desvie a atenção do escopo principal proposto.

Portanto, complementar ao PIN, criado no Governo Médici através do Decreto-Lei nº 1.178, o PROTERRA tinha por finalidade facilitar o acesso do homem à terra, fomentar um ambiente positivo em relação às condições de emprego da mão-de-obra e, ainda, estimular a agroindústria em áreas de atuação da SUDAM e SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), sua administração competia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA). Ademais, o financiamento dos projetos e programas de desenvolvimento organizados pelo PROTERRA dava-se por intermédio de fundos de Incentivos Fiscais. Por exemplo, o Projeto RADAM (Radar da Amazônia) fruto do PROTERRA, dedicou-se à cobertura de diversas regiões do território brasileiro, especialmente a Amazônia, através de imagens aéreas de radar, captadas por avião. (COSTA, 2002, p. 294)

Por último, conforme Costa (2002, p. 295-296), o I PND (1971-1974) apresentou diretrizes e metas para o desenvolvimento do país, objetivava consolidar o desenvolvimento do centro, implantar pólos agroindustriais no Sul, complexo industrial-pecuário no Nordeste e agropecuários no Centro-Oeste e na Amazônia. Ademais, suas metas perpassavam pela integração econômica, física e cultural entre Norte e Nordeste, colonizar as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém via fluxos migratórios do Nordeste e o desenvolvimento econômico via investimento privado, tendo em vista Incentivos Fiscais da SUDAM e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Dessa forma, segundo Ponte (2003, p. 99, apud MARQUES e TRINDADE, 2014, p. 159), a Operação Amazônia caracterizou-se como um projeto desenvolvimentista-autoritário e, ainda, como modelo de desenvolvimento que defendia os interesses hegemônicos do capital estatal. Assim, segundo o autor:

A Operação Amazônia é uma expressão do projeto desenvolvimentista-autoritário. Com a caracterização da região como subdesenvolvida, problemática, como uma ameaça à integridade nacional, o governo ditatorial assume para si, a condução da “integração” da mesma à “nação” brasileira. Retirando da cena política os movimentos sociais, a ditadura chamou para si, de forma exclusiva (mas associada ao capital), “as decisões econômicas, políticas e sociais, cuja determinação desses espaços passa a ser de exclusividade do Estado, articulando as ações que se articulam ao modelo de desenvolvimento pré-determinado pelos interesses hegemônicos do capitalismo central” (PONTE, 2003, p.99).

O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS

O Programa de Integração Nacional (PIN), foi criado pelo governo militar brasileiro através do Decreto-Lei Nº1.106, de 16 de julho de 1970, assinado pelo presidente da República Emílio Garrastazu Médici (o terceiro do regime militar). O governo demandou altos valores do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e da United States Agency for International Development (USAID) a título de recursos para os investimentos em infraestrutura. Considerado um dos principais programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia, esse programa 'contava com recursos de US\$ 430.000.000 [...], a serem constituídos nos exercícios de 1971 a 1974, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura' (RESENDE, 1971, apud NETO e NETO, 2017, p. 149).

Sendo assim, os recursos provenientes ao PIN dar-se-ia por intermédio de: I) recursos orçamentários, previstos nos orçamentos anuais e plurianuais; II) recursos advindos de incentivos fiscais; e, III) entre 1971 e 1974, seriam depositados em conta do PIN, 30% do total das importações deduzidas do imposto de renda, para aplicação em incentivos fiscais. Assim, o PIN custearia seus projetos: a construção das rodovias e o plano de colonização ao longo das rodovias. (MACIEL, CARVALHO, LEMES, 2020, p. 104)

Dessa forma, o PIN objetivava: a) a articulação entre a Amazônia e o Nordeste com as regiões Centro-Oeste, Centro-Sul e Sul; b) internalizar a prosperidade e o progresso; c) estimular a ocupação da Amazônia de forma planejada; e, d) condicionar as regiões amazônicas para receber o excesso populacional do Nordeste. Ademais, a principal forma de integração adotada pelo PIN daria-se através do sistema viário, pois a Rodovia Transamazônica, Rodovia Cuiabá-Santarém, Rodovia Perimetral e a Rodovia Porto Velho-Cuiabá são exemplos de construções fomentadas pelo PIN. (FURNIEL, 1993, p. 60) No entanto, o presente artigo ater-se-á à construção da Rodovia Transamazônica.

De acordo com Neto e Neto (2017, p. 150-152), o PIN estabeleceu novas medidas legislativas quanto ao imposto de renda de pessoas jurídicas, ou seja, empresas. Assim, a medida fiscal pretendia convergir investimentos privados para a região de competência da SUDENE e SUDAM, portanto, Nordeste e Amazônia, respectivamente. Dessa forma, a pretensão de ocupar as terras que compunham a área de integração nacional dar-se-ia também por intermédio de empresas agrícolas, pois a diminuição dos impostos referentes às empresas facilitaria o interesse e a aquisição dessas terras. (MARQUES e TRINDADE, 2014, p. 161)

Segundo Mattos (1980, p. 100, apud MACIEL, CARVALHO, LEMES, 2020, p. 104-105), o plano de colonização visava a construção: I) de agrovilas de 100 a 300 famílias, de 500 a 1.500 habitantes, ademais, essas contariam com escola, posto de saúde, centro administrativo e armazém; II) agrópolis, que englobava 20 agrovilas, comportava 3.000

habitantes e, também escola secundária, ambulatório médico-odontológico, cooperativa, agroindustriais, etc; e, III) rurópolis, abarcando uma área de mais de 140 km, apoiaria agrovilas e agrópolis. Contudo, a crise do petróleo em 1973, engendrou em uma falta de recursos financeiros, que, por sua vez, paralisou o plano de colonização. No entanto, a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém ocorreram no tempo previsto independentemente das discordâncias contra o Governo Federal que se levantaram na época, tendo em vista serem onerosas demais aos cofres públicos, argumentaram ser mais urgente investimento em caso como do Nordeste, que já possuía 30% a menos dos recursos destinados às ações desenvolvimentistas regionais, que antes eram de posse da SUDENE. Ademais, em 1971, o Decreto-Lei n. 1.179 confiscaria mais 20% dos recursos de incentivos fiscais destinados à SUDENE e a SUDAM para financiar o PROTERRA.

Conforme Costa (2002, p. 293-294), o Ministério dos Transportes do governo Médici propôs a construção das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-165) a fim de conectar o Nordeste à Amazônia e o Norte ao Centro-Oeste, respectivamente. Ainda, a construção de portos e cais compunham a estratégia de integração nacional. Assim sendo, a vigência do PIN foi prorrogada até 1978 a partir do Decreto 1.243/1972 e, com isso, também determinou-se a construção de mais uma rodovia, a Perimetral Norte, essa percorreria a margem norte do rio Amazonas, sentido leste-oeste.

Portanto, a integração nacional cunhou-se como a estratégia-mor de desenvolvimento do governo Médici, para tanto, a exclusão da condição periférica da região Nordeste e da Amazônia frente ao cenário econômico nacional seria fundamental para o projeto, e seria o PIN o principal programa responsável por promover esse desenvolvimento socioeconômico. No entanto, mesmo com obras contemporâneas à ditadura militar sendo executadas, o Nordeste e a Amazônia continuaram a apresentar deficiências quanto à oferta de serviços públicos essenciais às suas populações. (SOARES, 2015, p. 67)

A figura 1 ilustra como se comportaria a integração nacional por intermédio das rodovias BR-230 e BR-165, propostas pelo PIN.

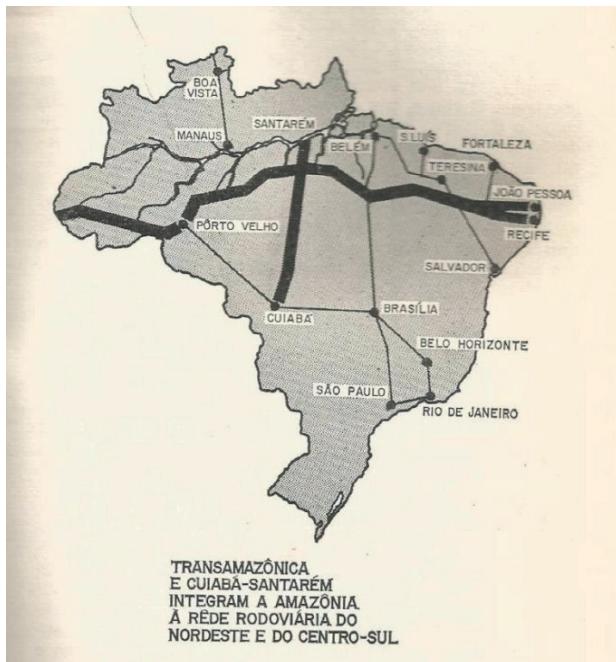


Figura 1 - Mapa do Programa de Integração Nacional.

Fonte: Ministério dos Transportes, 1970.

Em discurso, o presidente Médici retratava exatamente o que significava as construções das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém:

A integração Nacional, sonho de tantos pioneiros, caminha para a sua plena realização. A construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém fará com que o país interligue todas as suas áreas geoeconômicas. É inegavelmente um passo histórico no combate aos desequilíbrios regionais, entrave que tem dificultado a aceleração ao nosso desenvolvimento. (MÉDICI, 1972, p. 82)

Assim sendo, seria a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém que fomentaria o desenvolvimento, articularia a circulação de pessoas, de mercadorias pelo território nacional, conectararia as dimensões continentais nacional em prol do crescimento e desenvolvimento econômico. No entanto, por si só as obras não significariam a integração e o desenvolvimento, se não houvesse políticas de população, ou seja, sem o agenciamento das pessoas em torno das rodovias. (SOARES, 2015, p. 87-89)

Segundo Furniel (1993, p. 64), dentre os objetivos propostos pelo PIN, somente a exploração e o escoamento dos recursos naturais da região amazônica, principalmente minérios, foi cumprido pelo governo. Por exemplo, a construção da BR-230 foi alvo de críticas, pois não cunhava-se como obra prioritária e o espaço onde fora construída não caracterizava-se como propício para o assentamento dos nordestinos, culminando numa alta destruição da floresta. Ademais, contrários à opinião dos técnicos e cientistas, o

governo militar não baseou-se em fundamentos sólidos para a construção da mesma, a resposta dada foi a que se tratava de uma “decisão política” e, esta, por sua vez, beneficiou aos interesses do capital estrangeiro.

Quanto a isso, corrobora Soares (2015, p. 89), argumentando que a política de colonização arquitetou-se como o primeiro passo para o governo ditatorial ocupar a Amazônia e, mais tarde, desenvolver o agronegócio. Com a admissão dos empresários à região, os 10 km às margens das rodovias destinadas ao assentamento dos migrantes expandiu-se para 100 km, tendo em vista a entrada das empresas naquela região, expulsando os pequenos proprietários de terra e absorvendo-os à mão de obra do agronegócio. Ademais, ressalta-se que com a expansão do latifúndio na Amazônia, o resultado imediato foi o aumento do desmatamento florestal. Logo, o programa que visava o desenvolvimento para àquela região e para àqueles em situação de pobreza provenientes do Nordeste foi aos poucos perdendo espaço para dar lugar aos interesses do empresariado do setor do agronegócio.

Ademais, notou-se à época demasiado despreparo quanto à execução da rodovia Transamazônica. Conforme Granato:

As obras da Transamazônica foram iniciadas sem que antes tivessem sido realizados, até mesmo, os indispensáveis estudos preliminares de topografia, geologia e engenharia, e, menos ainda, sobre os impactos sociais e ambientais que seriam produzidos pela sua implantação: “Máquinas pesadas foram transportadas para a selva, içadas por helicópteros, em operações dignas de filmes de ação. De um dia para o outro, centenas de engenheiros e milhares de operários desembarcaram na mata.” (GRANATO, 2004, p. 54)

Após a inauguração da Transamazônica, estima-se que cerca de 5 mil famílias de colonos viviam precariamente em barracos de palha e pau-a-pique às margens da rodovia. Ainda, segundo Granato (2004, p. 54), “A péssima conservação da estrada – que só seria asfaltada em cerca de 10% de sua extensão – também contribuiu para isolar eternamente aqueles moradores e dificultar a chegada de novos investimentos.” Ademais, quanto a parte nordestina da rodovia, que mede 2 mil quilômetros, por ser asfaltada é usufruída o ano inteiro. Quanto à parte do norte da Transamazônica, o único trecho asfaltado está presente no Estado do Pará, não alcançando 200 quilômetros, trafegável durante os meses do ano sem chuva. Por fim, no Amazonas reside o pior trajeto em estado de conservação, “nos períodos de chuva, os caminhoneiros mal conseguem rodar 30 quilômetros por dia.” (MACIEL, CARVALHO, LEMES, 2020, p. 110-113)

De forma sucinta, o jornalista Thomaz Favaro traça uma descrição analítica sobre a conformação da rodovia Transamazônica à região. Pois, para ele,

A estrada que atravessa a maior floresta tropical do planeta permite uma visão dolorosa das mazelas do Norte brasileiro. No trecho dentro da Amazônia Legal vive 1,2 milhão de pessoas, das quais 66% não têm água encanada e 27% não têm instalações sanitárias. O índice de analfabetismo é o dobro da média nacional. A parte mais próspera é no Pará, onde a floresta derrubada foi substituída por pastagens, fazendas, vilas e cidades que vivem em função

da rodovia. A produtividade das plantações de cacau é a mais alta do país. Mas a distância e a precariedade da estrada tornam o frete cinco vezes mais caro que o do cacau da Bahia, o maior produtor nacional. (FAVARO, 2009b, p. 54, apud MACIEL, CARVALHO, LEMES, 2020, p. 114)

Segundo Maciel, Carvalho e Lemes (2020, p. 115), vastas extensões de terras próximas às rodovias construídas através do PIN, encontram-se desabitadas, tendo em vista o abandono a que foram relegadas, tanto as estradas como as populações migrantes para ali conduzidas. A partir disso, essas áreas vêm atraindo alguns tipos de agentes, uns relacionados à devastação da floresta, outros relacionados a atividades ilícitas, como contrabando de armas, animais silvestres, plantas nativas; cultivo, beneficiamento e/ ou armazenagem de drogas; ação de bandoleiros e, mesmo, de bandos organizados de malfeiteiros de toda natureza. Neste aspecto, a ação dos agentes de devastação da floresta é mais visível.

Ademais, o governo brasileiro tem medido esforços para finalizar o asfaltamento das três principais rodovias: a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Porto Velho-Manaus. No entanto, em relação às duas primeiras, não há muitos empecilhos, tendo em vista que suas áreas já são povoadas e, ainda, desmatadas. Esse descaso quanto a conservação de suas áreas tem gerado problemas para a economia local e para a população. Quanto à rodovia Porto Velho-Manaus, o asfaltamento já se torna uma tarefa mais difícil de ser executada, pois ela atravessa uma área esparsamente povoada, onde a floresta está praticamente intacta. O projeto de manutenção desta rodovia gera controvérsias, principalmente entre os ambientalistas. (MACIEL, CARVALHO, LEMES, 2020, p. 115-117)

Posto isso, Furniel retrata a condição trabalhista a qual os migrantes se depararam e o resultado deplorável deixado ao fim da construção da rodovia Transamazônica:

A construção da estrada foi extremamente difícil com todas as condições contrárias aos trabalhos. Os primeiros colonos enfrentaram a dura tarefa de desmatamento da selva, onde a malária, a leishmaniose e até a lepra, liquidaram contingentes consideráveis. No contato com os índios, tribos inteiras foram dizimadas por doenças trazidas pelo homem branco e, em pouco tempo, a selva parecia vencer o trabalho humano, inviabilizando lavouras e a própria construção. A Transamazônica torna-se uma enorme pista de lama, transitável apenas seis meses por ano, no período de seca; o projeto de colonização também não aconteceu, mesmo porque colonização não é sinônimo de construção de estradas. (FURNIEL, 1993, p. 63)

Por fim, Loureiro (2015, p. 182) assinala cinco erros sistemáticos cometidos pelo governo federal ao elaborar e implantar o PIN, conforme o quadro abaixo:

Erro	Descrição
1	Descuido sobre a problemática da seca, apontamento de soluções simplistas e imediatistas. Por fim, não resolveram e abandonaram o problema.
2	Concepção irrealista da Amazônia como terra sem homens. Daí a máxima: “terras sem homens para homens sem terra”, slogan preconizado durante a execução do PIN.
3	Planejamento de colônias agrícolas na região amazônica, porém não levaram em consideração que as terras amazônicas são poucas férteis para agricultura; opção mais inteligente seria a exploração racional da floresta.
4	Um projeto de colonização que tinha como fundamento a destruição da rica e enorme floresta para a realização de roças. Poder-se-ia ter aproveitado a biodiversidade apresentada na região para a confecção de produtos industrializados.
5	A tratabilidade dos imigrantes e naturais da região como inferiores aos empresários, realidade demonstrada através das regalias concedidas a esses últimos em detrimento dos primeiros.

Quadro 1 - O PIN e os seus erros como projeto nacional de integração.

Fonte: LOUREIRO, 2015. Elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreender as causas e determinantes que estimulam o desenvolvimento de uma região ou, ainda, nação, compõem-se de uma laboriosa análise histórica, econômica e social e, ainda, de um debruçar sobre o arranjo institucional que cada sociedade está arraigada. De fato, constitui-se como uma atividade demasiada difícil, tendo em vista as singularidades presentes em cada região. De igual forma, estipular e compreender as causas e determinantes que originaram o subdesenvolvimento de uma região abrange uma variedade de diretrizes tidas como propulsoras do mesmo. Em relação à Amazônia, mais especificamente, sobre o seu subdesenvolvimentismo, não é diferente. No decorrer do artigo, foram abordadas questões que, de uma ótica neoinstitucionalista, engendraram o que é a Amazônia subdesenvolvida hodiernamente.

Dessa forma, ao interpretar esse processo de subdesenvolvimento da região amazônica a partir da teoria neoinstitucionalista, o Estado brasileiro (Governo Federal), assume o conceito de organização para North e de elite para Acemoglu e Robinson, pois para North (1990, p. 5), as organizações são responsáveis por estabelecer as instituições formais que compõem a matriz institucional dessa sociedade, no caso, em análise, a sociedade amazônica; e, para Acemoglu e Robinson (2012, p. 86), a elite comporta-se como um grupo dominante na sociedade, detentor do poder político e econômico e que influencia ou controla as instituições para benefício próprio, visando seus interesses, e suas decisões podem ter impactos significativos sobre o desenvolvimento econômico e a equidade social.

Quanto a isso, Costa corrobora ao analisar o processo desenvolvimentista amazônico e assinala que:

Esta ordem social regional modelou um aparelho estatal e uma burocracia pública que por influência das organizações (locais, regionais, nacionais ou até mesmo mundiais) atua em certa medida com objetivo de expropriação direta ou indireta da renda social. Direta quando a corrupção se torna endêmica desviando recursos da sociedade. E indireta quando a gestão pública (nível estratégico) e a sua burocracia (nível operacional) são capturadas por grupos de interesses (políticos e econômicos) que manipulam a agenda pública em direção a políticas, investimentos e ações que lhes favoreçam. (COSTA, 2024, p. 9)

Assim, para a teoria institucionalista, o arranjo institucional assume um papel de extrema importância no fomento do desenvolvimento de uma nação, pois as instituições são responsáveis por estimular ou inibir esse estágio avançado de uma sociedade. Conforme a contribuição dos economistas Acemoglu e Robinson (2012, p. 86-87) à teoria institucionalista, as instituições podem configurar-se como inclusivas ou extrativistas. Assim sendo, por um lado, as instituições inclusivas permitem ampla participação na economia e no processo político, garantem direitos de propriedade, promovem a inovação e criam oportunidades para todos. Por outro, as instituições extrativistas são políticas econômicas e sociais que extraem recursos naturais predatoriamente, sem o intuito de retornos inclusivos e desenvolvimento sustentável, visando somente a perpetuação do poder de elites dominantes em detrimento do bem-estar social da população.

Portanto, conforme Santos e Ribeiro (2022, p. 18-19), as intervenções realizadas pela “mão visível” do aparelho estatal na Amazônia por intermédio do PIN, proporcionaram transformações espaciais, originaram cidades, aumento da taxa populacional, conflitos no campo, exploração vertiginosa dos recursos naturais, crimes contra populações tradicionais, desmatamento, etc. Ademais, as rodovias BR-230 e BR-165 não foram construídas aleatoriamente, as intenções para tais permeavam o acesso a recursos naturais, deslocamentos e o escoamento da produção. No entanto, o acesso à floresta criou uma externalidade negativa, ou seja, o aumento do desmatamento, sendo esse um dos maiores problemas ambientais contemporâneos.

Dessa forma, o PIN com suas principais rodovias, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, assume um caráter de instituição extrativista, pois seus resultados fomentaram um cenário depredador dos recursos naturais da Amazônia e externalidades negativas à região, como mencionadas anteriormente. Conforme Mariano (2019, p. 36), o desenvolvimento abrange um complexo multidimensional, muitas vezes pode ser confundido com crescimento econômico. No entanto, um crescimento econômico nem sempre gera um caráter desenvolvimentista para uma região, apesar do acréscimo percentual no Produto Interno Bruto (PIB). Portanto, o desenvolvimento abarca várias dimensões, como saúde, educação de alta qualidade, oportunidades profissionais independente do gênero,

conservação ambiental, políticas públicas eficientes, geração de um ambiente em que os cidadãos possam desenvolver o seu pleno potencial e ter vidas produtivas e criativas. Ou seja, um cenário totalmente contrário ao que o PIN promoveu.

Assim, apesar do PIN ter sido criado como um programa de integração e desenvolvimento econômico, seus resultados não impactaram de forma significativa positiva a região amazônica. Mais uma vez, os interesses dos amazônidas ficaram em segundo plano e, em primeiro, permaneceria o interesse da elite - Estado brasileiro, sobre aquela região. Portanto, parafraseando o slogan nacionalista, o PIN “integrou, mas não entregou” o desenvolvimento aos amazônidas. Posto isso, é necessário repensar as formas de intervenção e as estratégias política e econômica que o Estado brasileiro implementa na Amazônia, pois instituições políticas extrativistas condicionam instituições econômicas extrativistas que, por sua vez, propulsionam o grau de pobreza e desigualdade de uma região. (PINI, 2022, p. 5) Sendo assim, romper esse círculo vicioso não é tarefa fácil, pois esse status quo é mantido pelas elites que se beneficiam com esse cenário e, com isso, perpetuam o subdesenvolvimento econômico amazônico.

CONCLUSÃO

Conclui-se, segundo Acemoglu e Robinson (2012, p. 50), que o sucesso ou, ainda, o desenvolvimento econômico de qualquer nação perpassa por um arranjo institucional composto por instituições políticas inclusivas que, por sua vez, fomentam instituições econômicas inclusivas, gerando assim um círculo virtuoso. Dessa forma, é de extrema importância que em uma sociedade subdesenvolvida haja uma mudança institucional, pois a dependência de trajetória reforça as instituições tomadas anteriormente, as quais contribuíram para a pobreza e desigualdade. (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012, p. 44) Pois, “A ideia é a de que, em sistemas oligárquicos, as elites podem até mesmo variar, mas as instituições extrativas permanecem.” (PROL, 2013, p. 371) Portanto, caso essas instituições sejam plurais, abertas e inclusivas, a nação encaminhar-se-á a um maior desenvolvimento. No entanto, caso sejam instituições extrativistas, a elite visará apenas a captura da renda e riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro e, por consequência, essas nações não irão se desenvolver. (SASSO, 2023) Assim, países com instituições inclusivas tendem a ser mais prósperos. Dessa forma, salienta-se que mudanças institucionais e estruturais fazem-se necessárias a fim de lograr êxito quanto ao desenvolvimento sócio-econômico amazônico, para então remover esta rica região do subdesenvolvimento.

Por fim, embora este estudo tenha contribuído para a análise dos determinantes do subdesenvolvimento da Amazônia, esse limitou-se somente à contribuição do PIN para tal estado. No entanto, futuras pesquisas podem explorar os demais programas e projetos federais que impactaram e condicionaram a região amazônica a ser o que é hoje, como o

PROTERRA, o I, II, e III PND, o POLAMAZÔNIA, O Ciclo dos Grandes Projetos, etc, o que poderá proporcionar uma compreensão mais abrangente e aprofundada do tema. Além disso, aconselha-se uma multidisciplinaridade ao abordar a temática, pois pode enriquecer as perspectivas e metodologias utilizadas. Portanto, uma contínua investigação é primordial para avançar nossa compreensão e promover análises e soluções mais eficazes.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Tradução Cristiana Serra. Elsevier, Rio de Janeiro - RJ, 2012.
- AVEIRO, T. M. M. Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty Daron, Acemoglu; Robinson, James A. Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional, vol. 2, n. 3, 2014.
- CAVALCANTI, F. C. da S. Formação Socioeconômica do Estado do Acre. In.: CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio (Orgs.). Formação Socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documents/acervo-projetos-cartilhasoutros/UFPA-NAEA-Livro-02-Formacao-Socioeconomica-Amazonia.pdf>. Acesso em: 15/09/2024.
- COSTA, E. J. M. da. A cultura como chave para a dependência da trajetória na teoria institucionalista de Douglass North. Revista Nova Economia, v.29, Número Especial, p.1359-1385, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/GCGHQVvBsBSGZtfvZXtBnbH/>. Acesso em: 20/03/2024.
- COSTA, E. J. M. A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém. Paper do NAEA, Vol. 1, nº 1, Ed. 572, 2024.
- COSTA, E. J. M. da. A Teoria das Instituições e da Mudança Institucional de Douglass North: Cultura, Estado e Dependência de Trajetória. CADERNOS CEPEC, Vol. 08, N° 02 Dezembro de 2019.
- COSTA, J. M. M. da. Ocupação, Integração e Desenvolvimento da Amazônia: 60 Anos de Ação Federal. In.: MENDES, Armando Dias (Org.). A Amazônia e o seu Banco. Manaus: Editora Valter/Banco da Amazônia, 2002.
- DINIZ, M. J. T. A dinâmica das inovações nas empresas do Polo Industrial de Manaus: um novo momento relacionado aos constrangimentos ambientais a partir do ano 2000. 293 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- FERREIRA, S. M. P.; BASTOS, P. P. Z. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Texto para Discussão, nº 266. Instituto de Economia - UNICAMP, 2016.
- FURNIEL, A. C. M. Amazônia – a ocupação de um espaço: internacionalização x soberania nacional (1960-1990). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1993.
- GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. Revista de Economia Política, vol. 23, n. 2 (90), p. 276-292, 2003.

GRANATO, F. Uma estrada do tamanho do Brasil. História, dezembro, p. 52-57, 2004.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 2003.

LOUREIRO, V. R. História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais. Belém:

Cultural Brasil, 2015.

MACIEL, D. P.; CARVALHO, L. M. De; LEMES, F. Integração nacional no Brasil: as grandes rodovias da Amazônia (1970-1979). *Dimensões*, v. 44, p. 89-120, 2020. ISSN: 2179-8869.

MARIANO, E. B. Progresso e Desenvolvimento Humano: teorias e indicadores de riqueza, qualidade de vida, felicidade e desigualdade. Alta Books, Rio de Janeiro - RJ, 2019.

MARQUES, G. S.; TRINDADE, J. R. B.. Para além da SPVEA: Elementos para uma interpretação da intervenção estatal na Amazônia. In: TRINDADE, José Raimundo Barreto. Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a Spvea, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro. Belém: Paka-Tatu, 2014

MÉDICI. O sinal do Amanhã. Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

MELLO, F. A. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 107, p. 91-108, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6025>; Acesso em: 23/04/2024.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Estradas na Amazônia (Relatório sobre as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (Ministério dos Transportes, outubro de 1970) IN: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque (Org.). Problemática da Amazônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

NETO, V. J.; NETO, R. B. G. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latinoamericanos*, (26), p. 144-157, 2017.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic performance*, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

PINI, G. M. Estagnação e crescimento: a importância das instituições no desenvolvimento econômico brasileiro no século XXI. Monografia. Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER, São Paulo - SP, 2022.

PROL, F. M. Instituições, desenvolvimento e inclusão. *Revista Direito GV* 17, São Paulo, p. 369-378. 2013.

SANTOS, R. C.; RIBEIRO, O. S. de. A Amazônia entre os anos 1964 a 1970: Apontamentos sobre as primeiras intervenções do autoritarismo. *SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos*, Manaus, n. 1, v. 22, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/10766>. Acesso em: 22/08/2024.

SASSO, M. Por que as nações fracassam: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza. RESENHA. *Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno*, Faculdade de Direito da PUC-SP, São Paulo, v.1, n.7, p.147-151, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM>. Acesso em: 10/09/2024.

SERRA, M. A.; FERNANDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, 2004. Acesso em: 24/03/2024.

SILVA, F. C. da; RAVENA, N. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional da Amazônia Brasileira: Fundamentos Teóricos e Síntese Histórica. In.: SILVA, Fábio Carlos da; RAVENA, Nívea (Orgs.). *Formação Institucional da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/UFPA-NAEA-Livro-01-Formacao-Institucional-Amazonia.pdf>. Acesso em: 20/03/2024.

SOARES, F. M. O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (norte e nordeste) – discursos e políticas governamentais (1969-1974). Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

SOUZA, M. História da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.

VIANA, F. L. O Governo Castelo Branco. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.